

Com coronavírus, eleições nos EUA e Selic em baixa, como investir no segundo semestre?

Gestão mais ativa na Bolsa e aplicações no exterior estão no foco dos gestores; na renda fixa, crédito privado se destaca

Por [Mariana Zonta d'Ávila](#), [Lucas Bombana](#), [Beatriz Cutait](#)

1 jul 2020 12h08 - Atualizado 5 dias atrás



→ Mais sobre
[Onde Investir](#)
[Ações](#)
[Coronavírus](#)
[Crédito Privado](#)
[Estados Unidos](#)
[InfoMoney Orienta](#)
[Renda Fixa](#)



(MicroStockHub/Getty Images)

SÃO PAULO – Com juros cada vez mais baixos, o investidor brasileiro já percebeu que, se quiser ter melhores retornos, terá que aumentar sua exposição ao risco.

Diante de um cenário ainda incerto pela frente, contudo, com a possibilidade de uma segunda onda de contaminações pelo coronavírus, riscos associados às eleições presidenciais nos Estados Unidos e um excesso de liquidez nos mercados, que tende a aumentar o endividamento dos governos, é fundamental tomar cuidado antes de dar um passo em falso.

Um portfólio bem diversificado, com exposição à Bolsa e ativos no exterior, faz parte da recomendação para o investidor brasileiro na segunda metade de 2020. Mas vale lembrar que os preços dos ativos, que chegaram a ser vistos como pechinchas no auge da crise, já mostram uma retomada, o que tende a dificultar ainda mais a vida dos que buscam boas oportunidades.

Marco Bismarchi, sócio e gestor da Tag Investimentos, salienta a importância da seleção de gestores qualificados para compor a carteira e afirma que o “stock picking” será muito mais importante do que estar posicionado em um índice da Bolsa (via ETFs, por exemplo).

Para quem quer investir em ações, mas está um pouco reticente, os fundos “long biased”, que podem adotar um viés mais defensivo em ciclos de baixa – dadas as posições “compradas” e “vendidas” –, podem ser uma boa pedida, diz Bismarchi.

“Para o investidor de perfil mais conservador, montamos uma carteira de renda variável com uma presença maior dos ‘long biased’ em comparação com os ‘long only’”, diz o especialista, em referência, no segundo caso, às carteiras que apostam sempre na valorização das ações que investe.

Leia também:

• [Ouro, dólar e bolsa americana: conheça os investimentos mais rentáveis do primeiro semestre de 2020](#)

Na avaliação de Ricardo Valente, sócio e gestor da gestora de patrimônio Investment One Partners, a Bolsa brasileira tende a se beneficiar de uma melhora dos ativos externos nos próximos meses. Contudo, a retomada pode ser freada caso o quadro fiscal se agrave e a crise política permaneça no Brasil.

Valente diz gostar de setores mais independentes de uma retomada da economia, como agronegócio e construção civil, que se beneficiam de linhas de crédito mais baratas, em meio aos juros no piso histórico.

Alocação no exterior

Um dos grandes vencedores no primeiro semestre, o mercado acionário dos Estados Unidos também está entre as grandes apostas dos gestores para os próximos meses, dada a injeção de liquidez do Federal Reserve (o banco central americano).

Contudo, assim como na Bolsa brasileira, será preciso navegar com mais cuidado após a alta recente, afirma Bismarchi.

Outras praças, como o continente asiático, têm sido mais buscadas em meio à visão de que os preços dos ativos nos EUA começam a ficar caros. [Matéria do InfoMoney](#) mostra que o setor de tecnologia é o preferido, oferecendo companhias mais baratas que pares americanos.

O fato é que, com a Selic tão baixa e a Bolsa retomando os níveis pré-crise, o investidor brasileiro precisa, cada vez mais, ampliar sua alocação lá fora.

Felipe Dexheimer, coordenador de alocação da XP, conta que a recomendação da casa para um investidor com perfil de risco moderado é ter 18% da carteira no exterior, o dobro do início do ano. Há 12 meses, sequer era indicado a esse tipo de investidor ter uma parte dos recursos fora do país, diz o especialista.

E mesmo investidores não qualificados (com menos de R\$ 1 milhão em aplicações financeiras) podem alocar uma parte do patrimônio no exterior, em renda fixa ou variável, seja em fundos passivos ou em fundos de fundos.

FIs: há oportunidades, mas nomes já não são mais óbvios

Da mesma forma como as ações, os fundos imobiliários estiveram sob intensa pressão no primeiro semestre, com a maior aversão ao risco.

Em processo de recuperação, as mudanças econômicas em curso deixam incertezas sobre o futuro de alguns segmentos. Ao mesmo tempo, os descontos de preços geram oportunidades no mercado.

Renan Rego, sócio e gestor da gestora de patrimônio G5 Partners, cita os descontos em fundos de escritórios e de papéis como boas oportunidades.

“Quando comparamos os retornos com uma NTN-B [Tesouro IPCA+] mais curta, no caso dos fundos de papel, ou uma NTN-B mais longa, nos fundos de renda, o prêmio ainda é interessante”, afirma. “E, se a queda dos juros continuar, os FIs podem ter uma apreciação maior.”

Assim como na Bolsa, Valente, da One Partners, destaca que hoje o investidor deve ser mais cauteloso, uma vez que as oportunidades já não estão “tão óbvias”.

“Com juros baixos e necessidade de diversificação, é uma classe que o investidor tem que olhar. Mas não pode comprar qualquer coisa; os preços das cotas já voltaram bastante e há uma distinção muito grande entre as diferentes subclasses”, destaca Valente, referindo-se aos setores mais prejudicados pela crise.

No momento, a casa tem evitado ficar exposta aos setores de shoppings e de lajes corporativas, buscando FIs que tenham uma parcela de renda, como fundos de papel.

Renda fixa ainda oferece “gordura”

Por fim, na renda fixa, ainda que os prêmios estejam cada vez mais escassos, ainda há retornos interessantes, segundo os gestores consultados.

Na One Partners, a preferência entre os títulos públicos é por papéis indexados à inflação com prazos de três a cinco anos, bem como aqueles mais longos, de dez anos.

“A inflação hoje está muito baixa, mas os estímulos são muito grandes e não sabemos qual será a capacidade de a economia se recuperar”, diz Valente, explicando que prefere ativos que protejam o portfólio de uma eventual alta da inflação nos próximos anos.

Leia mais:

• [Tesouro direto: títulos públicos têm queda de até 15,8% no semestre; confira onde estão as oportunidades agora](#)

Bismarchi, da Tag, também prefere títulos indexados à inflação, com vencimentos a partir de 2035, em detrimento aos prefixados. “Em um mundo de juros estruturalmente muito baixos, perto de zero ou negativos, uma rentabilidade de aproximadamente 4% de juro real é muito bom”, afirma.

Em crédito privado, ainda que os papéis já não estejam nos mesmos patamares do primeiro trimestre, diz Bismarchi, ainda há títulos “high grade” (com maior qualidade de crédito) com taxas atraentes, ao redor de CDI mais 3%.

Debêntures incentivadas, de projetos de transmissão de energia, que chegam a pagar prêmios superiores a IPCA mais 4,5%, também são opções interessantes, de acordo com Rego, da G5.

O gestor destaca que normalmente são papéis de baixo risco com bom retorno e possibilidade de ganho em relação às NTN-Bs com a queda dos juros.

Em suma, diante de juros baixos nunca antes vistos no Brasil, o investidor que quiser ver melhores retornos terá que aumentar a exposição ao risco, seja via mercado de ações doméstico ou por meio de aplicações no exterior.

A fatia de renda fixa, apesar de já ter entregue melhores rendimentos no passado, segue apresentando boas oportunidades, segundo os gestores, em especial no mercado de crédito privado.

Por mais que a exposição ao risco seja importante para ampliar os retornos da carteira, a diversificação do portfólio segue sendo regra fundamental, ficando ainda mais evidente em períodos de grande incerteza, como o atual.